

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019

A empresa **Sieg Apoio Administrativo LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro no artigo 41º e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993, interpor a presente

## IMPUGNAÇÃO

em face da constatação de irregularidade que restringe a igualdade e a competitividade no certame, pelos seguintes fundamentos de fato e de direito:

### I DOS FATOS

Inicialmente, cumpre mencionar que a presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados licitantes, obstando a **BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA** para Administração Pública.

### II DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

Todavia, o presente edital exige o objeto a ser licitado com as seguintes especificações:

"(...) o display deverá ainda acompanhar embutido na parte traseira um computador embarcado com portas USB e entrada de cartão de memória e sistema operacional Android incluso... (...)"

Proposta:

14/7/2019

Data:

31/05/2019 13:56:41

Assinado:

PROTOCOLO DE DOCUMENTOS - Versão: 1

Requerente:

SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME

R. JOSE MERHY 1266 - 82560-440 | CURITIBA - PR | FONE: 41 3333 2042 | E-MAIL: SIEG@SIEG-AD.COM.BR | WWW.SIEG-AD.COM.BR

"(...) deverá ter no mínimo 03 (três) entradas HDMI, e no mínimo 01 (uma) VGA, 01 (uma) RF Antena, 01 (uma) RS232, 01 (uma) RJ45, 01 (uma) P2 Áudio, 01 (uma) YPBPR, 01 (uma) AV... (...)"

Ocorre que, o presente edital solicita um computador fixado na parte traseira da tela interativa, com portas USB e entrada de cartão de memória, porém, ao solicitar um computador fixo, com todos os seus componentes para o funcionamento e manuseio da tela, não entendemos o sentido de também solicitar uma entrada de cartão de memória, tendo em vista que o próprio computador já possui memória para armazenagem, não faz sentido mais uma entrada para o uso de um componente externo armazenador de memória, sendo que há outros métodos que podem ser utilizados como um Pen-drive ou um leitor de cartão via USB que de longe são os métodos mais utilizados.

Cumpre mencionar, que o computador embutido deverá ser "miniaturizado" e esses acessórios supérfluos e desnecessários, ou que podem ser substituídos por outros, só irá dificultar a manutenção futura.

Ainda no que tange as exigências técnicas, o presente edital solicita ter no mínimo as conexões HDMI, VGA, RF Antena, RS232, RJ45, P2, YPBPR, AV e USB. Porém, não entendemos a necessidade da exigência de ter as conexões RS232 e YPBPR, tendo em vista que ambas praticamente possuem as mesmas funções.

No entanto, os formatos mais utilizados atualmente para conexões são USB, VGA e HDMI, a maioria dos itens eletrônicos utiliza uma dessas conexões, e tendo em vista já possuir entradas para essas conexões na Tela Interativa, não vemos necessidade de exigir conexões que quase não se utilizam para conectar numa tela interativa, como RS232 e YPBPR.

Diante do exposto, requeremos desde já que sejam retiradas essas exigências do presente edital, tendo em vista o modelo de referência sugerido no instrumento convocatório (DS-86IWMS-



L02PA) ser de uma marca chinesa Donview (podendo ser comprovado através do link: <http://www.donview.com.cn/products-detail.php?ProId=163>), e, se tratando de uma marca internacional, algumas especificações técnicas utilizadas, não necessariamente serão padrões utilizados no Brasil.

Após inúmeras participações em processos licitatórios, verificamos que se tornou de praxe a cópia do descritivo técnico editalício na apresentação das propostas, ou seja, grande parte das licitantes não apresentam em suas propostas o objeto que realmente irão prover ao final do processo, mas sim uma proposta genérica para que possa ir a disputa de lances e assim apresentar realmente seu objeto.

Isto não significa que o objeto final não atende, mas o princípio da vinculação ao edital é mal interpretado com a aplicação do "copiar e colar" nas propostas, que acabam apenas por usar da lacuna legal para passar até a próxima fase do processo licitatório.

Para tanto, acreditamos que com base na finalidade dos princípios da isonomia e publicidade de todos os atos, e com base no diploma legal 8.666/93, em seu art. 43, inciso IV, as propostas, por mais que possuam descritivo genérico, deveriam obrigatoriamente vir acompanhada das informações de Marca e Modelo que a licitante irá ofertar, bem como o envio de catálogo ou link de acesso ao catálogo que possa dar a base de verificação das propostas em conformidade com o edital.

Desta forma, requeremos desde já que seja exigido de todas as licitantes participantes o envio prévio de catálogo que contenha a marca e modelo a ser ofertada contendo o descritivo técnico do objeto, ou ainda o link de acesso à internet que contenha o catálogo online para apreciação, atendendo assim ao princípio da publicidade e da isonomia, e ainda o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo que a licitante interessada ingressa de boa-fé em sua proposta visto que se não puder atender a algum ponto do edital terá os institutos da impugnação ou esclarecimentos a seu favor.

### III DAS RAZÕES LEGAIS

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Nesta seara, caso não seja aceito nosso entendimento, cumpre destacar que aludida especificação viola o princípio da igualdade previsto no Art. 3º, da Lei 8.666/93.

#### IV REQUERIMENTO

Em síntese, requer que sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará, e, requer ainda;

a) que sejam aceitos métodos similares à entrada de cartão de memória, como cartão externo ou Pen drive;

Tendo em vista que a sessão pública presencial está designada para 05/06/2019 requer, ainda, que seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4.º da lei nº 10.520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.



Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irrisignação da ora impugnante, **para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.**

Pelo que PEDE DEFERIMENTO,

Curitiba, 31 de maio de 2019.

**LUIZ FERNANDO  
DE  
OLIVEIRA:792323  
29972**

Assinado de forma digital  
por LUIZ FERNANDO DE  
OLIVEIRA:79232329972  
Dados: 2019.05.31  
08:35:56 -03'00'

---

**SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**  
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA  
CPF: 792.323.299-72